

A13 - ANALISTA DO MPU - PERITO EM ANTROPOLOGIA

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescrituração NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgaram que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expedira determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Noções de Perícia em Processo Civil

41

O juiz deferiu, de ofício, a produção de prova pericial em uma demanda previdenciária. Para cumprir o encargo, o perito designou dia, hora e local para colher o depoimento do autor e de testemunhas, comunicando às partes e aos assistentes técnicos que realizaria uma teleperícia (perícia virtual).

Apresentado o laudo pericial no processo, é correto afirmar que essa prova:

- (A) não será admitida, uma vez que foi determinada de ofício pelo juiz;
- (B) não será admitida, uma vez que houve colheita de depoimento de testemunhas pelo perito;
- (C) não será admitida, uma vez que designada teleperícia (perícia virtual);
- (D) será admitida, desde que as testemunhas sejam ouvidas novamente em juízo;
- (E) será admitida, uma vez que o perito pode valer-se de todos os meios de coleta necessários.

42

Em um processo que admitia autocomposição, as partes, plenamente capazes, escolheram de comum acordo o perito da causa. Outrossim, ainda indicaram seus assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.

Nesse cenário, é correto afirmar que essa perícia consensual:

- (A) não substitui a perícia que seria realizada pelo perito do juízo;
- (B) não será admitida, uma vez que cabe exclusivamente ao juiz a nomeação do perito;
- (C) não será admitida, uma vez que é vedado negócio processual quanto à produção de prova;
- (D) será admitida, devendo o perito e os assistentes entregar o laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz;
- (E) será admitida, dispensando o perito a indicação de qual análise técnica ou científica foi realizada.

43

Determinado perito elaborou seu laudo pericial de forma incorreta. Informou no processo um valor aquém do devido. O perito, de forma negligente, não percebeu a metragem correta do imóvel objeto da perícia. Com base nessa prova, o juiz condenou a parte no valor afirmado no laudo pericial.

Nesse cenário, é correto afirmar que o perito:

- (A) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de dois a cinco anos;
- (B) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a dez anos;
- (C) responderá pelos prejuízos que causou à parte, mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (D) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (E) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a cinco anos.

44

Maria não concordou com as conclusões da perícia realizada em um processo, que afirmara que não havia compatibilidade genética entre ela e o réu. Concluiu-se que estava afastada a paternidade alegada, uma vez que as informações genéticas dos envolvidos eram incompatíveis. Desse modo, Maria requereu ao juiz que fosse determinada outra perícia, já que afirmou não concordar com o resultado do laudo pericial, pois acreditava ser filha do réu.

Sobre a possibilidade da realização dessa segunda perícia, é correto afirmar que:

- (A) não deve ser produzida, pois a parte somente tem direito a uma perícia no processo, podendo juntar parecer dos assistentes técnicos;
- (B) não deve ser produzida, pois a parte apenas não se conformou com o resultado obtido, sem apresentar omissão ou inexatidão naquele laudo;
- (C) deve ser produzida, pois é direito da parte produzir outros laudos, para que o juiz possa buscar a verdade formal;
- (D) deve ser produzida, desde que a parte se comprometa a arcar com as custas da produção desse laudo pericial;
- (E) deve ser produzida, sabendo-se que a segunda perícia vai substituir a primeira perícia produzida no processo.

45

No julgamento de um processo, em que a questão controvertida era a extensão de um dano, o juiz acolheu como fundamento de sua sentença, a conclusão do parecer do assistente técnico do autor, que afirmava ser devido o valor do ressarcimento de 100 mil reais. Todavia, o perito judicial apontava para um dano de 70 mil reais, enquanto o parecer do assistente técnico do réu dizia ser o valor de 30 mil reais. Em grau de recurso, foi arguido que o autor e o seu assistente técnico eram irmãos, pelo que havia um impedimento para este atuar no processo. Logo, requereu-se que a prova fosse desconsiderada e desentranhada dos autos do processo.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico do autor é parcial, submetendo-se às regras de impedimento do processo;
- (B) assiste razão ao recorrente, pois deveria o juiz acolher o laudo pericial elaborado pelo perito do juiz, por quem fora nomeado;
- (C) não assiste razão ao recorrente, pois o juiz não está vinculado ao laudo pericial e o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento;
- (D) não assiste razão ao recorrente, pois mesmo com o impedimento do assistente técnico, o laudo não é desentranhado dos autos do processo;
- (E) não assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento; todavia, o juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial.

Conhecimentos Específicos

46

Roy Wagner é um antropólogo estadunidense notabilizado por seus estudos sobre parentesco na Melanésia. Em seu livro *A invenção da cultura* (1975), Wagner apresentou o conceito de "antropologia reversa", que deu significativas contribuições para as teorias da cultura na antropologia.

Nessa obra, o autor argumenta que:

- (A) a "antropologia reversa" é uma metodologia de estudo das culturas de forma neutra e imparcial;
- (B) a "antropologia reversa" enfatiza a pouca interação entre as culturas;
- (C) a "antropologia reversa" pressupõe a ausência de contato e interação entre a cultura ocidental e as culturas não ocidentais;
- (D) os grupos estudados pelos antropólogos desenvolvem teorias sobre a cultura ocidental que são idênticas às teorias antropológicas ocidentais;
- (E) os antropólogos constroem teorias sobre os grupos que pesquisam, assim como tais grupos criam suas próprias teorias sobre os antropólogos.

47

Clifford Geertz foi um expoente da antropologia estadunidense do século XX. Em seu livro de 1973, o autor define cultura como uma "teia de significados".

Para o autor, a antropologia deve ser entendida como:

- (A) uma ciência experimental em busca de leis gerais;
- (B) uma ciência interpretativa, à procura do significado das práticas sociais;
- (C) uma ciência descritiva, que registra os costumes e as práticas culturais de diferentes povos;
- (D) uma ciência normativa, que busca estabelecer padrões universais de comportamento e moralidade;
- (E) uma ciência histórica, dedicada à reconstrução do passado das sociedades humanas a partir de vestígios materiais e documentos escritos.

48

O antropólogo britânico Victor Turner dedicou-se ao estudo dos rituais. Em seu livro *O processo ritual* (1969), ele desenvolveu o conceito de "liminaridade".

Para o autor, durante a fase liminar de um rito de passagem, o indivíduo se encontra:

- (A) em um estado de purificação espiritual, retirado do mundo material e dedicado à contemplação;
- (B) assimilado ao grupo social, desprovido de individualidade, em um estado de submissão total à autoridade do líder ritual;
- (C) em um estado de rejeição de normas e valores da sociedade, em busca de uma experiência individual livre e autônoma;
- (D) totalmente integrado à nova estrutura social, com identidade e *status* definidos, apto para exercer suas novas funções e responsabilidades;
- (E) em um estado paradoxal de vulnerabilidade e poder, simultaneamente destituído de *status* social, mas dotado de uma capacidade de transformação da ordem social.

49

Bruno Latour foi um importante antropólogo para a consolidação da chamada antropologia simétrica. Para Latour, entre outras características, esse tipo de antropologia busca descrever e analisar as redes de relações que conectam humanos e não humanos, sem privilegiar um polo em detrimento do outro.

A perspectiva teórico-metodológica difundida por Bruno Latour para essas análises é chamada de:

- (A) teoria da ação comunicativa;
- (B) teoria da escolha racional;
- (C) teoria da modernização;
- (D) teoria do conflito;
- (E) teoria ator-rede.

50

Entre o final do século XIX e início do século XX, o antropólogo Franz Boas deu ênfase à pesquisa de campo e ao estudo detalhado de culturas específicas.

Ao contrário do método dedutivo proposto pelos antropólogos evolucionistas, Boas defendia:

- (A) o método de análise regressiva;
- (B) o método da indução empírica;
- (C) o método de análise estrutural;
- (D) o materialismo histórico;
- (E) o estrutural funcionalismo.

51

Em *As estruturas elementares do parentesco* (1949), Claude Lévi-Strauss desenvolveu uma teoria sobre a proibição do incesto e suas implicações para a estruturação das sociedades humanas. Conforme a proposta do autor, a proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Segundo Lévi-Strauss, a proibição do incesto:

- (A) restringe as relações sexuais a um círculo limitado de indivíduos, garantindo sua superioridade social;
- (B) visa a proteger a espécie humana das consequências genéticas negativas dos casamentos consanguíneos;
- (C) fortalece os laços de parentesco dentro do grupo familiar, consolidando a família como núcleo social fundamental;
- (D) é uma regra universal dos sistemas de parentesco difundida a partir de populações originárias ameríndias;
- (E) é uma regra universal que marca a transição da natureza para a cultura, estabelecendo a troca e a reciprocidade como fundamentos da sociedade.

52

Em *As formas elementares da vida religiosa*, Émile Durkheim definiu religião da seguinte forma:

“Um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a ela aderem” (Durkheim, 1912/2003, p. 32).

É correto afirmar que, para Durkheim, a religião:

- (A) expressa a vontade e o poder divinos, revelando aos fiéis as verdades fundamentais da existência;
- (B) busca satisfazer as necessidades espirituais e morais dos indivíduos, proporcionando-lhes consolo e orientação;
- (C) representa a alienação do homem em relação a si mesmo, projetando seus desejos e temores em entidades externas;
- (D) nasce do temor e da ignorância humanos diante das forças da natureza, sendo uma forma primitiva de explicação do mundo;
- (E) é um fenômeno social que contribui para a coesão e a integração dos grupos, reforçando os laços de solidariedade e os valores comuns.

53

Em *Genealogias da religião* (1993), Talal Asad critica concepções essencialistas das religiões. Asad argumenta que a categoria “religião”, tal como compreendida no Ocidente moderno, não pode ser aplicada indiscriminadamente a outras culturas e contextos históricos.

Para esse autor, a religião não possui uma essência universal a-histórica. Ela deve ser, em vez disso, entendida como um conceito historicamente produzido.

A proposta de Asad está alinhada à:

- (A) teoria estruturalista, segundo a qual a religião produz coesão social;
- (B) antropologia colonialista, segundo a qual as religiões dos povos não ocidentais são primitivas e inferiores;
- (C) crítica marxista, segundo a qual a religião é uma forma de opressão que legitima as desigualdades sociais e mantém as estruturas de dominação;
- (D) antropologia interpretativa, segundo a qual a religião oferece significado e propósito à vida humana, transcendendo as diferenças culturais;
- (E) crítica pós-colonial, segundo a qual as religiões são moldadas por relações de poder e discursos que definem o que é considerado religioso em determinado tempo e lugar.

54

Os laudos antropológicos, em especial aqueles relacionados à efetivação de direitos territoriais, impõem desafios particulares aos praticantes da antropologia. Como apontado por Ilka Boaventura Leite, na introdução do livro *Laudos periciais antropológicos em debate*:

“Os laudos são, portanto, documentos produzidos com finalidades previamente estabelecidas, dirigidos a uma audiência restrita, dotados de regras determinadas pelas instâncias onde irão tramitar e podem ser submetidos a análises e avaliações bastante específicas” (Leite, 2005, p. 25).

A elaboração de um laudo antropológico:

- (A) dispensa a realização de trabalho de campo, uma vez que os requisitos elaborados pelos operadores do direito delimitam o escopo da pesquisa;
- (B) deve se basear exclusivamente em fontes documentais e históricas, buscando a comprovação legal da ocupação tradicional do território em questão;
- (C) pressupõe a defesa intransigente dos interesses dos grupos socialmente vulnerabilizados, de maneira tal que o laudo é utilizado como instrumento de denúncia e mobilização social;
- (D) demanda a articulação entre o rigor metodológico da pesquisa etnográfica e a sensibilidade para compreender as relações de poder, os conflitos e as disputas territoriais que permeiam o contexto da perícia;
- (E) limita-se a analisar os aspectos culturais dos grupos envolvidos, não se ocupando das dimensões políticas e econômicas do conflito.

55

Em seu estudo de grupos étnicos, Fredrik Barth critica definições que se baseiam apenas em características culturais compartilhadas, como língua, religião ou ancestralidade comum. Para o autor, elencar tais traços culturais, ainda que seja relevante, não explica a persistência e a dinâmica dos grupos étnicos em contextos de mudança e interação social. O problema desse tipo de definição, argumenta Barth, está justamente no seu caráter concreto e substantivo. Para o autor, é importante elaborar uma definição conceitual da etnicidade com base em certos critérios analíticos.

Para Barth, a compreensão da etnicidade exige:

- (A) priorizar a análise da estrutura social dos grupos étnicos, em detrimento da investigação das interações sociais;
- (B) superar a ênfase na substância cultural e analisar as interações sociais e dinâmicas que definem um grupo étnico;
- (C) reconhecer que a cultura de um grupo étnico é estática e imutável, definindo de forma perene suas fronteiras identitárias;
- (D) investigar as origens primordiais dos grupos étnicos, buscando em sua história remota a justificativa para sua existência no presente;
- (E) priorizar a autoidentificação como único critério válido para a definição de um grupo étnico, desconsiderando outros fatores e perspectivas.

56

No artigo *Atualização e contraefetuação do virtual: o processo do parentesco*, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro propõe o conceito de "afinidade potencial" para explicar as complexas relações entre grupos e entidades nos sistemas de parentesco ameríndios. O autor afirma que:

"A afinidade potencial, valor genérico, não é um componente do parentesco (como o é a afinidade matrimonial, efetiva), mas sua condição exterior. Ela é a dimensão de virtualidade de que o parentesco é o processo de atualização" (Viveiros de Castro, 2000, p. 412).

Em diversas sociedades amazônicas, a afinidade potencial:

- (A) configura o campo relacional a partir do qual o parentesco se atualiza;
- (B) é um conceito análogo a "natureza" no pensamento ocidental, representando um domínio oposto à "cultura";
- (C) é uma força desagregadora que ameaça a ordem social e invariavelmente gera guerras e conflitos entre os grupos indígenas;
- (D) limita-se às relações de parentesco, definindo os laços entre grupos por meio do casamento e da consanguinidade;
- (E) restringe-se à esfera matrimonial, expressa na preferência por casamentos entre primos cruzados como forma de garantir a reprodução social e a circulação de bens.

57

A partir da década de 1970, o conceito de patrimônio cultural passou por significativas transformações. Seu escopo foi alargado para além da valorização de bens materiais de caráter monumental. Essa mudança de perspectiva refletiu-se na inclusão de novas categorias de patrimônio, como o patrimônio imaterial. No Brasil, um marco desse alargamento de sentido foi o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, na Bahia, em 1984.

No Brasil, o patrimônio imaterial permite:

- (A) reconhecer o valor arquitetônico de lugares sagrados de diversas religiões;
- (B) patrimonializar apenas práticas de religiões afrobrasileiras;
- (C) questionar o valor patrimonial da religião católica no Brasil;
- (D) reconhecer o valor arquitetônico de lugares de memória indígena;
- (E) reconhecer e valorizar práticas e saberes de diversos grupos sociais como expressões da diversidade cultural e da identidade afro-brasileira.

58

Stuart Hall dedicou grande parte de sua obra à análise da cultura e da identidade em sociedades multiculturais. No livro *Pensando a diáspora*, Hall examina as identidades caribenhas diaspóricas em condições contemporâneas de globalização. O autor argumenta a favor da "impureza" cultural, considerando a forma como o "velho" é transformado no "novo" e a forma como o "exterior" se torna parte constitutiva da "cultura nacional".

Para analisar as interações entre culturas e a impureza cultural, Hall propõe o conceito de:

- (A) etnocentrismo;
- (B) hibridização;
- (C) relativismo cultural;
- (D) assimilação cultural;
- (E) fundamentalismo cultural.

59

Em seu texto *Esboço de uma teoria da prática*, Pierre Bourdieu escreve o seguinte:

"O caráter primordial da experiência do dom é, sem dúvida, sua ambiguidade: de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, nunca exclui completamente a consciência da lógica da troca, nem mesmo a confissão de pulsões recalçadas ou, por *éclairés*, a denúncia de uma outra verdade, denegada, da troca generosa, seu caráter impositivo e custoso ('o presente é uma infelicidade')" (Bourdieu, 1996, p. 7).

A ambiguidade da experiência que Bourdieu descreve está embasada em:

- (A) Vladimir Lenin;
- (B) Marcel Mauss;
- (C) Victor Turner;
- (D) Ferdinand de Saussure;
- (E) Émile Durkheim.

60

Para Gilberto Velho, a antropologia urbana é uma antropologia das sociedades complexas. Em seu artigo *Estilo de vida urbano e modernidade*, o antropólogo escreve o seguinte:

“A metrópole moderna oferece a possibilidade de transitar entre vários mundos e esferas diferenciadas. A fragmentação do trabalho tem, como outro lado da moeda, o desenvolvimento de áreas e domínios especializados de sociabilidade, lazer, crença religiosa, atividade política etc.” (Velho, 1995, p. 229).

A antropologia urbana de Gilberto Velho tem um dos seus fundamentos teóricos na produção de:

- (A) Luc Boltanski;
- (B) Georg Simmel;
- (C) Gayatri Spivak;
- (D) Gabriel de Tarde;
- (E) Bruno Latour.

61

Em seu artigo *Antropologia e política*, Karina Kuschnir afirma: “Questionar conceitos como ‘clientelismo’ é deixar de tomar esse modelo como ponto de partida; é não considerar universais termos como, por exemplo, ‘individualismo’, ‘representação’ e ‘domínio público’; é, finalmente, perceber que o universalismo é um valor inspirado no paradigma da modernização, na crença de que a imparcialidade e a objetividade devem prevalecer sobre as emoções e a subjetividade” (Kuschnir, 2007, p. 165-166).

A contribuição da antropologia para a compreensão da política é:

- (A) relativizar e aceitar diferentes formas de exercício do poder;
- (B) legitimar, na esfera política, sociedades contra o Estado;
- (C) analisar e enaltecer práticas políticas de grupos dominados;
- (D) recomendar, com bases em laudos antropológicos, o que a política deve ser;
- (E) estudar o que é a política para certo grupo, em determinado contexto histórico e social.

62

Há quase um século, os antropólogos estudam outras formas de vida, como Bronislaw Malinowski e os jardins, Edward Evans-Pritchard e o gado, Gregory Bateson e os golfinhos. Contudo, nas últimas décadas, os praticantes da antropologia têm ampliado as perspectivas que embasam suas etnografias, decentrando análises sobre agência e poder e advogando por uma antropologia mais-que-humana. Uma das viradas teóricas responsáveis por esse decentramento é a virada ontológica.

Uma das contribuições feitas pela virada ontológica é:

- (A) a crítica decolonial;
- (B) a defesa da universalidade humana;
- (C) o abandono de etnografias multiespécie;
- (D) a tese da multiplicidade de mundos;
- (E) a tese da similaridade dos sistemas de parentesco.

63

No capítulo *Conflitos ambientais – a atualidade do objeto*, Henri Acselrad afirma o seguinte:

“O método requererá o esforço de não enfrentar em separado, por exemplo, a análise da questão da água da discussão das questões fundiárias, de articular a caracterização das dimensões físico-materiais com a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o ‘meio’, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos nos processos conflituivos em causa” (Acselrad, 2004, p. 10-11).

Como outros autores dedicados à antropologia do meio ambiente, Acselrad propõe que:

- (A) a natureza seja deixada de fora dos conflitos sociais;
- (B) a natureza não seja considerada um objeto pertinente da antropologia;
- (C) o meio ambiente seja tratado como um objeto apolítico;
- (D) a antropologia analise os conflitos sociais em torno da natureza;
- (E) a antropologia abandone a etnografia nos estudos da natureza.

64

Beatriz Heredia e Moacir Palmeira são dois antropólogos brasileiros dedicados a etnografias da política. São inúmeras as suas publicações sobre eventos e o tempo da política. No artigo *Os comícios e a política de facções*, os autores tratam os comícios como “rituais”.

“Um entendimento mais ‘completo’ de por que esse ‘jogo de força’ passa pelos comícios e não por outras formas de ajuntamento ou de comunicação política supõe uma análise tão exaustiva quanto possível desse ritual, situando-o no contexto em que ele é posto pelos que o realizam” (Palmeira e Heredia, 1995, p. 37).

Analisar os comícios como rituais implica discutir:

- (A) as bases econômicas da política;
- (B) representações coletivas não contestadas;
- (C) as regulações jurídicas das práticas políticas;
- (D) o exercício de poder unilateral por parte dos partidos;
- (E) a relação entre esses eventos excepcionais e o cotidiano.

65

Lygia Sigaud foi uma antropóloga brasileira que se dedicou aos estudos das relações sociais no campo. No seu artigo *Se eu soubesse*, a autora descreve as relações entre trabalhadores e patrões da seguinte forma:

"Do ponto de vista do observador, a 'casa de morada', a terra e a proteção constituíam obrigações patronais, assim como não trabalhar fora e ser leal ao patrão correspondiam a obrigações dos moradores. Para esses, apenas as suas obrigações eram percebidas enquanto tais. As do patrão eles representavam como dons, como sinais de sua bondade, e sentiam-se, portanto, devedores. Desincumbir-se com afinco de suas obrigações era a forma de retribuir. De sua parte, o patrão se concebia como um doador: aquilo que concedia ao seu morador atestava apenas a sua generosidade e não era vivido como uma obrigação. Ser generoso era um valor e o prestígio dos patrões se media pelos sinais exteriores de sua magnanimidade. O não cumprimento de suas obrigações punha em risco o prestígio do patrão perante os pares e os moradores e configurava uma dívida, ainda que ele não se concebesse como um devedor" (Sigaud, 2012, p. 130).

A teoria das trocas que embasa a descrição e a análise da autora é:

- (A) a teoria da moral;
- (B) a teoria da dádiva;
- (C) a teoria do substantivismo;
- (D) a teoria do mercado primitivo;
- (E) a teoria do formalismo econômico.

66

No texto *O que significa tornar-se outro?*, a antropóloga Aparecida Vilaça argumenta que a experiência xamânica Wari' se caracteriza pela duplicidade corporal. No texto, Vilaça afirma:

"O xamã caracteriza-se por possuir dois corpos simultâneos: um corpo humano visível pelos Wari', que se relaciona com eles normalmente, como membro de sua sociedade, e um corpo animal que ele percebe como humano, e que se relaciona com os demais animais daquela espécie também como membro da sua sociedade, que é como a sociedade Wari'" (Vilaça, 2000, p. 63).

Com base na explicação de Aparecida Vilaça, é correto afirmar que:

- (A) o corpo animal do xamã é uma ilusão criada pelo uso de substâncias alucinógenas, não tendo uma existência real;
- (B) o xamã, ao se transformar em animal, abandona completamente sua identidade humana e se torna um membro da espécie animal;
- (C) a relação do xamã com o corpo animal é puramente simbólica, representando a conexão espiritual com a natureza;
- (D) o xamã utiliza o corpo animal como um disfarce para se aproximar dos animais e obter conhecimento sobre seus hábitos;
- (E) o xamã experimenta a simultaneidade de dois corpos, o humano e o animal, cada um com sua própria agência e ponto de vista através de um processo de transformação corporal e de perspectiva.

67

No texto *Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia*, Manuela Carneiro da Cunha e Mauro de Almeida afirmam o seguinte:

"Durante muito tempo, existiu entre antropólogos, conservacionistas, governantes e as próprias populações tradicionais aquilo que um antropólogo chamou, em outro contexto, de 'mal-entendido útil'. Esse mal-entendido gira em torno do que se pode chamar de essencialização do relacionamento entre as populações tradicionais e o meio ambiente" (Cunha e Almeida, 2009, p. 13).

Na base dessa essencialização está o mito:

- (A) da evolução cultural humana;
- (B) da superioridade das raças;
- (C) da identidade étnica;
- (D) do bom selvagem ecológico;
- (E) do progresso tecnológico.

68

A noção de "fricção interétnica", desenvolvida por Roberto Cardoso de Oliveira, busca analisar as relações entre grupos indígenas e a sociedade nacional brasileira. Em um dos textos fundacionais do conceito, *Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil*, o autor define a fricção interétnica da seguinte forma:

"Chamamos fricção interétnica o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato muitas vezes proporções 'totais', i.e., envolvendo toda a conduta tribal e não tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica" (Oliveira, 1962, p. 86).

Seguindo o autor, é correto definir a "fricção interétnica" como:

- (A) a cooperação pacífica entre grupos indígenas e a sociedade nacional;
- (B) a assimilação completa dos grupos indígenas pela sociedade nacional;
- (C) as trocas culturais harmoniosas e equilibradas entre os grupos em contato;
- (D) o isolamento e a falta de contato entre grupos indígenas e a sociedade nacional;
- (E) as relações de competição e conflito entre grupos indígenas e segmentos da sociedade brasileira.

69

Em *Rituais ontem e hoje*, Mariza Peirano analisa o carnaval como um ritual que expressa as ambiguidades e os dilemas da sociedade brasileira. A autora destaca:

"O carnaval produz uma realidade que desfaz o dia a dia em um processo violento de individualização" (Peirano, 2003, p. 26).

De acordo com essa análise, o principal efeito do carnaval na sociedade brasileira consiste em:

- (A) reforçar as hierarquias sociais existentes, consolidando as estruturas de poder;
- (B) promover a homogeneização cultural, eliminando as diferenças e individualidades;
- (C) reproduzir, de forma simbólica, as desigualdades presentes na sociedade;
- (D) estimular o consumo e o espetáculo, desprovido de qualquer dimensão simbólica ou cultural;
- (E) subverter temporariamente a ordem social, permitindo a expressão de identidades e comportamentos normalmente reprimidos.

70

Em *The Idea of a Home: A Kind of Space*, Mary Douglas elabora a casa como um problema antropológico. Ela diz o seguinte:

"O principal problema de uma comunidade virtual é conseguir solidariedade suficiente para proteger o bem coletivo. Se a solidariedade enfraquecer, os ataques individuais destroem a base de recursos colectivos. Embora o lar, tal como outras instituições sem fins lucrativos, seja ineficiente segundo critérios de mercado, noutra sentido é extraordinariamente eficiente. Não necessita de pessoal administrativo especializado, porque as reivindicações de justiça difundem o trabalho de organização. Os membros continuamente reivindicam recursos, mas não vão ganhar uma disputa pedindo em seu próprio nome; a reivindicação vencedora é feita em nome do bem público e em nome da justiça, que num lar é considerada um bem público. As reivindicações individuais são concedidas ou refutadas pelos mesmos motivos. A solução teórica do problema distributivo é a equidade, mas a solução prática é fazer de cada membro um vigilante do bem público e utilizar a coordenação para fazer o resto. A coordenação facilita o controle público e um elevado grau de visibilidade" (Douglas, 1991, p. 299).

Nessa passagem, traduzida do inglês, Mary Douglas dialoga claramente com a teoria de:

- (A) Gabriel de Tarde;
- (B) Victor Turner;
- (C) Karl Marx;
- (D) Émile Durkheim;
- (E) Homi Bhabha.

71

Em *Dois pequenos problemas com a lei terra intangível para os Kisêdjê*, Marcela Coelho de Souza examina a conexão entre o povo Kisêdjê e a terra. A autora propõe o conceito de "terra intangível", que desafia a compreensão ocidental de propriedade e posse. A autora argumenta que:

"A despeito do possessivo na expressão *nossa terra*, não acredito que esta 'terra' de que estejam falando seja mais dócil ao instituto da propriedade e à medição e delimitação que ele implica. As imagens — legais ou científicas — de terra como bem imóvel ou substrato físico são analogias muito pobres para a compreensão do que está em jogo para os Kisêdjê" (Coelho de Souza, 2017, p. 123).

A "terra intangível" para o povo Kisêdjê pode ser compreendida como:

- (A) um espaço sagrado e intocável, onde a intervenção humana é proibida;
- (B) uma propriedade individual de cada membro da comunidade Kisêdjê, que pode ser herdada e alienada de acordo com regras simbólicas de sucessão;
- (C) um território definido por limites fixos e marcos geográficos, passível de ser delimitado em um mapa;
- (D) uma área delimitada para a prática da agricultura intensiva, garantindo a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico da comunidade;
- (E) um entrelaçamento dinâmico de relações, histórias e memórias, fundamental para a identidade e a continuidade cultural do povo Kisêdjê.

72

O *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss foi publicado originalmente na revista *Année Sociologique* (1923-1924), sendo considerado uma obra central para a teoria antropológica.

A respeito das noções de dom, troca e reciprocidade mobilizadas no ensaio citado, é correto afirmar que:

- (A) os contratos firmados entre diferentes clãs e tribos mediante a troca de presentes nas sociedades arcaicas configuravam um sistema de dons entre indivíduos que antecedia a economia de mercado;
- (B) as trocas cerimoniais que materializavam os sistemas da dádiva eram uma forma de escambo de presentes e prestações de serviços úteis, com o fim de atender as necessidades materiais dos envolvidos;
- (C) o sistema de reciprocidade inerente ao modelo de dom e contra-dom extrapolava a esfera econômica, apresentando-se como a materialização de dádivas altruístas inerentes à vida religiosa;
- (D) a lógica tradicional das trocas pressupunha uma abstração simbólica dos bens e serviços em circulação, desassociando-os de seus proprietários e valorando-os por sua raridade ou natureza utilitária;
- (E) a circulação de objetos, pessoas e serviços mobilizava também uma troca constante de matéria espiritual em um sistema em que tudo poderia ser objeto de troca e nada poderia ser recusado.

73

Para Sherry Ortner, o principal legado da antropologia geertziana tem sido a questão de como "os símbolos modelam os modos em que os atores sociais veem, sentem e pensam sobre o mundo ou, em outras palavras, como os símbolos operam enquanto veículos de 'cultura'".

(Adaptado de Ortner, S. B. Teoria na antropologia desde os anos 60. In: *Mana*, 17(2), 2011, p. 421)

Para Geertz, sistemas culturais como os calendários balineses são objeto de análise antropológica para:

- (A) identificar o conjunto de oposições binárias que estruturam universalmente a percepção do tempo;
- (B) compreender como padrões de significados dão sentido à conduta e às relações sociais de um grupo;
- (C) explicar como a cultura legitima ações racionais com relação a fins, como no caso da divisão do tempo balinesa, voltada para uma maior produtividade agrícola;
- (D) demonstrar a objetividade dos fenômenos culturais, que podem ser analisados por antropólogos não pertencentes à comunidade investigada;
- (E) exemplificar a determinação biológica e a transmissão genética de estruturas culturais como a percepção do tempo entre os balineses.

74

Em *A Sociedade contra o Estado* (1974), o filósofo e etnólogo Pierre Clastres lançou as bases para uma nova antropologia política:

“Os povos sem escrita não são menos adultos que as sociedades letradas. Sua história é tão profunda quanto a nossa e, a não ser por racismo, não há por que julgá-los incapazes de refletir sobre a sua própria experiência e de dar a seus problemas as soluções apropriadas. É exatamente por isso que não nos poderíamos contentar em enunciar que nas sociedades onde não se observa a relação de comando-obediência (isto é, nas sociedades sem poder político), a vida do grupo como projeto coletivo se mantém através do controle social imediato, imediatamente qualificado de apolítico. O que precisamente se entende por isso? Qual é o referente político que permite, por oposição, falar de apolítico?” (Adaptado de CLASTRES, P. *A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, p. 16).

Com base no trecho, é correto afirmar que a antropologia política defendida por Pierre Clastres:

- (A) propõe analisar as sociedades ditas arcaicas com base na filosofia política euro-americana, considerando o poder político em termos de coerção e subordinação;
- (B) reafirma a ideia de que a evolução das sociedades deve ser medida pela presença ou ausência do Estado, entendido como modalidade político-administrativa de terras e gentes;
- (C) classifica as sociedades ditas primitivas como sem Estado, sem escrita, sem história e sem economia, nas quais o controle é exercido de modo apolítico;
- (D) pensa os fundamentos do poder e suas transformações nas sociedades indígenas propondo a retirada da noção ocidental do político do centro da análise;
- (E) alarga a noção de política e mostra que o poder coercitivo e as relações de força são universais e imanentes a todas as sociedades.

75



Indígenas participam de marcha após a criação do G9, durante a programação da COP16, em Cali (Colômbia), em outubro de 2024.

Em outubro de 2024, em Cali (Colômbia), no contexto da 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16), organizações indígenas lançaram duas iniciativas: o “G9 da Amazônia Indígena”, uma coalizão para proteção da floresta nos nove países amazônicos, e o manifesto que pede a participação indígena na presidência da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), prevista para novembro de 2025, em Belém (Pará).

A respeito do crescente protagonismo diplomático de lideranças indígenas, as iniciativas citadas exemplificam que:

- (A) as comunidades indígenas dos países da Amazônia reivindicam o reconhecimento internacional do fato de que os povos tradicionais são as principais autoridades morais em relação à biodiversidade e à proteção dos biomas e do clima global;
- (B) as demandas soberanistas das comunidades indígenas pautam-se na afirmação de seus territórios como Estados centralizados e, portanto, sujeitos das relações internacionais;
- (C) a diplomacia indígena foca no direito à terra, à autodeterminação e à proteção ambiental enquanto interesses nacionais dos nove estados da Amazônia;
- (D) os líderes comunitários falam em nome dos interesses geoestratégicos, econômicos e ambientais dos respectivos governos, uma vez que precisam acionar o direito e os acordos internacionais de que seus países são signatários;
- (E) as pautas indígenas são veiculadas mediante estratégias do ativismo político tradicional, utilizando canais como sindicatos e organizações de trabalhadores, além de manifestações públicas e greves.

76

Leia as considerações sobre xamanismo de Els Lagrou, antropóloga especializada em estudos ameríndios:

“A consciência de que tudo está conectado e que todas as ações produzem reações, não somente gestos como também palavras, imagens vistas e pensamentos cultivados, é o que subjaz ao conhecimento xamanístico. Entre os Huni Kuin (Kaxinawá), o xamã se expressa pela performance e pelo canto que produz as visões, permitindo guiar as pessoas que participam desse ritual e ensinando-as a ver aquilo que se procura ver e, principalmente, a não se perder sob o efeito de bebidas visionárias. No caso dos Kaxinawa, os desenhos ganham um papel crucial nesse mundo visionário, pois eles são como caminhos que permitem ‘ver’ a realidade sob diferentes perspectivas”.

(Adaptado de <https://revistausina.com/2015/07/15/entrevista-com-els-lagrou/>)

No trecho acima, o fenômeno do xamanismo é interpretado como:

- (A) rede de significação que organiza mitos e permite estruturar as hierarquias sociais reproduzindo as assimetrias de poder;
- (B) sistema relacional e perspectivista ligado à arte e à cosmologia, em que os desenhos corporais representam mapas do universo espiritual;
- (C) ferramenta social voltada para controlar o medo e as incertezas da comunidade, mediante práticas de cura com substâncias enteógenas;
- (D) doutrina religiosa panteísta dotada de uma cosmologia definida e válida para todos os seus praticantes, cuja preservação cabe aos xamãs;
- (E) prática mágica voltada a ritualizar os saberes e a legitimar os mitos de origem de cada etnia, fortalecida pela crença na comunicação com espíritos durante o estado de transe.

77

“Antônio Bispo dos Santos (1959-2023) nasceu no Vale do Rio Berengas (Piauí) e foi formado pelos ensinamentos de mestras e mestres de ofício do quilombo Saco-Curtume, no município de São João do Piauí; completou o ensino fundamental, tornando-se o primeiro de sua família a ter acesso à alfabetização. Nego Bispo, como também é conhecido, é uma liderança quilombola cuja militância está ancorada ao conceito de ‘contra-colonização’, o qual postula uma relação entre regimes sociopolíticos e cosmológicos.”

(Adaptado de <https://ea.fflch.usp.br/autor/antonio-bispo-dos-santos>)

Por contracolônização, Nego Bispo compreende:

- (A) o processo de independência político-territorial das colônias em relação às metrópoles europeias, com ênfase em um enfoque político;
- (B) a crítica teórica às hierarquias de saber e poder impostas pelo colonialismo aos países periféricos, com uma abordagem centrada nas assimetrias jurídicas;
- (C) a afirmação de saberes e práticas ancestrais como autônomas, sem necessidade de validação pelo pensamento ocidental, com um enfoque epistêmico e prático;
- (D) o questionamento às estruturas do colonialismo, como o racismo e a dependência econômica, e à colonialidade dos saberes, com uma perspectiva crítica ao eurocentrismo;
- (E) a denúncia à dominação metropolitana direta vigente desde a colonização e a organização prática dos povos americanos na luta pela restituição plena da soberania política e territorial, com ênfase em uma análise geopolítica.

78

Os demarcadores de identidade quilombola são elementos culturais, históricos, sociais e territoriais que fundamentam o pertencimento dos indivíduos a comunidades quilombolas. Entre comunidades quilombolas do Sudeste do Brasil, o jongo é um dos principais marcadores de identidade e uma prática de resistência e manutenção das tradições de matriz africana.

Considerando as possibilidades de interpretação do jongo como demarcador de identidade quilombola, é correto afirmar que:

- (A) para o estruturalismo de Lévi-Strauss, movimentos corporais como a umbigada revelam a oposição binária entre corpo e espírito e materializam um símbolo estrutural que remete ao útero e à ancestralidade, fortalecendo a relação entre o individual e o coletivo;
- (B) para a teoria ator-rede de Bruno Latour, a roda de jongo é uma performance ritualística em um espaço liminar, em que dança, canto e tambor geram o desligamento das normas sociais cotidianas e a vivência de um estado de comunhão e pertencimento;
- (C) para a antropologia interpretativa de Clifford Geertz, o jongo é uma prática determinada por suas condições materiais e ambientais de produção, sendo um instrumento de coesão social inerente à resistência quilombola;
- (D) para a teoria da etnicidade/identidade de Stuart Hall, o jongo deve ser interpretado com base nos significados que os próprios jongueiros lhe atribuem, realizando uma descrição densa do seu sentido cultural;
- (E) para a antropologia da performance de Victor Turner, os tambores são atores que moldam a prática dos jongueiros, influenciando sua comunicação e o ritmo da dança; por isso, eles são tratados como um ancestral, o que reforça sua agência na criação de um sentimento de pertencimento.

79

A discussão sobre a categoria de “povos e comunidades tradicionais” afirma-se na antropologia brasileira em meados da década de 1980, no âmbito dos debates sobre a presença humana em áreas protegidas. Para Lucila Vianna:

“Como sua definição é vaga, ela é usada como instrumento de defesa de território de diversos grupos sociais – não só das próprias ‘populações tradicionais’, mas de todos os que querem permanecer em uma unidade de conservação. As populações consideradas não ‘tradicionais’ – leia-se destruidoras da natureza – também se apropriaram, no começo, da única possibilidade de permanência em seus locais de uso e moradia, unindo-se às ‘populações tradicionais’ nos movimentos organizados”.

(Adaptado de VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: AnnaBlume e Fapesp, 2008, p. 226)

Com base no trecho acima, a afirmativa cuja definição de “povos e comunidades tradicionais” está de acordo com a reflexão proposta por L. Vianna é:

- (A) parcela do povo brasileiro que manteve a cultura e os hábitos regionais, como o caipira;
- (B) população caracterizada por um gênero de vida resultante da adaptação aos aspectos fisiográficos do Brasil, como o sertanejo;
- (C) comunidade resultante da miscigenação genética e cultural produzida pelo processo de formação histórica do Brasil e que ocupa historicamente uma dada região, como os caboclos;
- (D) povo que ocupa ou reivindica seus territórios tradicionalmente ocupados, conservando modos de ser, fazer e viver específicos, o que faz com que se reconheçam como portadores de identidades e direitos próprios;
- (E) habitante autóctone, indígena, presente antes do processo de colonização e que manteve língua e cultura nativas como forma de resistência e identidade em relação a processos de assimilação cultural.

80

O campo da antropologia pericial envolve uma responsabilidade na afirmação de direitos socioculturais. Por esse motivo, a credibilidade da perícia antropológica na emissão de laudos pressupõe a observância de fundamentos éticos.

Analisar os princípios éticos da pesquisa antropológica aplicados ao campo pericial listados a seguir.

- I. O conhecimento antropológico deve estar embasado em pesquisa empírica.
- II. O sujeito pesquisado deve ser respeitado, ou seja, suas informações não podem ser descontextualizadas ou adulteradas expondo-o a riscos, e ele deve ter acesso ao conhecimento e à avaliação dos resultados da pesquisa.
- III. O antropólogo tem um compromisso com a sociedade; logo, o resultado do seu trabalho deve ser aberto e transparente.

(Adaptado de AMORIM, Elaine et al. “A ética na pesquisa antropológica no campo pericial”, 2009)

A respeito da fundamentação ética do trabalho pericial, está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

